

RECURSO ESPECIAL Nº 1.716.972 - SC (2017/0333064-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : WILLIAN RODRIGUES NUNES
ADVOGADO : VINICIUS ALEXANDRE REZENDES FABRICIO DA SILVA -
DEFENSOR DATIVO - SC035638
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal – CF.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 155, § 4º, I, do Código Penal – CP, à pena de 2 anos de reclusão e 10 dias-multa, tendo sido arbitrada remuneração ao defensor dativo que lhe foi nomeado (fl. 125).

A defesa interpôs recurso de apelação buscando a absolvição e a majoração da remuneração do defensor dativo que foi desprovido, com fixação de honorários recursais ao defensor. O acórdão ficou assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO PELO ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO (CP, ART. 155, § 4º, I). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DO ACUSADO. 1. ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVA. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS COMPROVADAS. DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA OCULAR E DOS POLICIAIS MILITARES RESPONSÁVEIS PELA OCORRÊNCIA QUE CORROBORAM AS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA 2. DEFENSOR NOMEADO. HONORÁRIOS. TABELA DA OAB/SC. ARBITRAMENTO POR EQUIDADE (CPC, ART. 85, §§ 2º E 8º, C/C O 3º DO CPP).

1. O depoimento de testemunha ocular, no sentido que viu o acusado adentrar a residência e subtrair bens alheios, em harmonia com o testemunho dos policiais militares responsáveis pela ocorrência; as declarações da vítima e o laudo pericial atestando o arrombamento são provas suficientes da autoria e da materialidade do crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo.

2. Após a declaração de inconstitucionalidade e a posterior perda de eficácia da Lei Complementar Estadual 155/97, a remuneração do defensor dativo deve ser fixada de acordo com o labor desempenhado, o grau de zelo profissional, o tempo e o local exigidos para a prestação do serviço e a complexidade do caso concreto, sem a necessidade de vinculação obrigatória à tabela de honorários divulgada

Superior Tribunal de Justiça

pela OAB/SC.

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO; DE OFÍCIO, FIXADOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS (fl. 176).

Em sede de recurso especial, a defesa alegou violação ao artigo 22, parágrafo 1º, da Lei n. 8.906/94 (Estatuto da Advocacia), porquanto o dispositivo não foi observado na fixação dos honorários advocatícios pelas instâncias ordinárias.

Contrarrazões (fls. 202/208).

O recurso especial foi admitido (fls. 210/212).

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial (fls. 225/229).

É o relatório. Decido.

Discute-se nestes autos à tese da obrigatoriedade ou não de serem observados, em feitos criminais, os valores estabelecidos na tabela organizada pelo respectivo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados a título de verba advocatícia devida a advogados dativos.

Sobre o tema, a Terceira Seção deste egrégio Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1656322/SC e REsp 1665033/SC, Tema n. 984, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, afetado em 22/11/2017, decidiu sobrestar o julgamento dos processos que versem sobre essa questão até decisão definitiva desta Corte.

Ocorre que, na data de 23/10/2019, foram julgados os Recursos Repetitivos referentes ao tema em questão, em que se fixou a tese de que "*as tabelas de honorários elaboradas unilateralmente pelos Conselhos Seccionais da OAB não vinculam o magistrado no momento de arbitrar o valor da remuneração a que faz jus o defensor dativo que atua no processo penal; servem como referência para o estabelecimento de valor que seja justo e que reflita o labor despendido pelo advogado.*" (REsp 1656322/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/10/2019, DJe 04/11/2019)

Assim, nos termos do entendimento acima esposado, nada há a ser alterado no acórdão recorrido.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inc. IV, alínea "b", do Código

Superior Tribunal de Justiça

de Processo Civil c/c o art. 3.º do Código de Processo Penal, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator